

MENSAGEM Nº 19/2018

*Senhor Presidente,
Senhora Vereadora,
Senhores Vereadores,*

Tenho a satisfação de encaminhar o Projeto de Lei nº 19 de 12 de março de 2018, que **“Autoriza o Poder Executivo doar o imóvel urbano sem benfeitorias que menciona, com dispensa de licitação face ao interesse público e social, e dá outras providências”**.

O déficit habitacional sempre foi, e continua sendo, um dos maiores problemas enfrentados pelo governo municipal. A população, desprovida de recursos para aquisição de moradia digna, é impelida a morar em áreas desprezadas pelo mercado imobiliário, afastadas dos centros urbanos e carentes de infraestrutura, que trazem o valor da terra compatível com a capacidade de pagamento desse público.

Todos sabem o quanto é importante e necessário morar bem, viver bem e, de preferência, morar na própria casa.

Em termos sociais, destaca-se que, em seu artigo 6º, a Constituição Federal consagra o Direito à Moradia, afirmando que: Por moradia digna compreende-se aquela que dispõe de instalações sanitárias adequadas, que garanta as condições de habitabilidade, e que seja atendida por serviços públicos essenciais, entre eles: água, esgoto, energia elétrica, iluminação pública, coleta de lixo, pavimentação e transporte coletivo, com acesso aos equipamentos sociais básicos. (CF, 1988, art. 6º)

O Município de Iturama, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, tem interesse de promover a redução do déficit habitacional. Diante da situação, tem-se buscando proporcionar apoio através de programas que beneficiem famílias, para que tenham sua casa própria.

O esforço de diminuir o déficit, ou seja, a falta de moradia é uma causa que todos devem alcançar. Assim, é imperioso a aprovação do presente Projeto de Lei.

Expostas, assim, razões de minha iniciativa, submeto o assunto a essa Casa de Leis, contando com a aprovação da matéria em pauta, em caráter de urgência.

Iturama-MG, 12 de março de 2018.

ANDERSON BERNARDES DE OLIVEIRA
Prefeito do Município de Iturama/MG.

Prefeitura Municipal de Iturama

PROJETO DE LEI Nº 19, DE 12 DE MARÇO DE 2018.

“Autoriza o Poder Executivo doar o imóvel urbano sem benfeitorias que menciona, com dispensa de licitação face ao interesse público e social, e dá outras providências”.

O Prefeito do Município de Iturama, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições, com fundamento no inciso I, do artigo 69, combinado com o artigo 111, ambos da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele, sanciona a presente Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a doar a Vinicius Aparecido Queiroz de Lourenço, portador do RG nº MG-18.450.629, e inscrito no CPF nº 143.778.386-44, **01 (um)** imóvel urbano sem benfeitorias, formado pelo Lote 30 da Quadra B, registrado perante o Serviço Registral de Imóveis sob a matrícula nº. **36.053**, localizado no Bairro Veneza, nesta cidade de Iturama/MG, com medidas e confrontações conforme memorial descritivo e croqui anexos, os quais fazem parte desta Lei.

§1º O imóvel de que trata o *caput* foi avaliado pela Comissão nomeada pela Portaria nº 14, de 28 de março de 2017, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), conforme Laudo de Avaliação em anexo, que ficam fazendo parte integrante desta lei.

§2º O imóvel objeto da presente doação destina-se para fins exclusivamente residenciais.

Art. 2º O donatário deverá iniciar a construção no imóvel no prazo de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da imissão na posse, e terminá-la no mesmo prazo subsequente.

Art. 3º Fica designada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social a responsabilidade pela fiscalização do cumprimento das obrigações dispostas nesta Lei.

Art. 4º Da escritura pública de doação constará que o pagamento de eventuais indenizações das benfeitorias executadas pela Donatária, em caso de reversão ao patrimônio do município, será realizada em parcelas iguais e sucessivas, cuja avaliação do

valor econômico será feito por empresa de auditoria independente escolhida de comum acordo pelas partes.

Art. 5º Fica autorizada a alienação fiduciária, do imóvel urbano doado pelo Município de Iturama, Estado de Minas Gerais, em favor de instituição financeira que opere com o SFI (Sistema de Financiamento Imobiliário) e/ou SFH (Sistema Financeiro de Habitação) nos termos das Leis Federais nº 4.380 de 21.08.64, Lei 5.741 de 01.12.71, Lei 8.004 de 14.03.90 e Decreto-Lei 70 de 21.11.66 e de conformidade com a Lei Federal nº.9.514/97, para a garantia de empréstimos ou financiamentos para construção ou ampliação de construções no terreno doado, podendo ser ou não no âmbito dos programas CCFGTS e MCMV, na forma da Lei 11977/09.

Parágrafo único. Fica autorizada também a Donatária a oferecer o imóvel em garantia hipotecaria para fins de financiamento para construção residencial no mesmo, hipótese em que as cláusulas de reversão e demais obrigações serão garantidas por hipoteca em 2º grau em favor do doador, nos termos do §5º, do Art.17, da Lei nº 8.666/93.

Art. 6º As despesas relativas à lavratura e registro da escritura pública de doação do imóvel mencionado no Artigo 1º desta Lei, bem como eventuais despesas referentes a tributos, serão de exclusiva responsabilidade da Donatária.

Art. 7º Em razão da doação fica o setor de contabilidade do Município de Iturama, autorizado a promover as alterações no balanço patrimonial deste, devendo informá-las ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, ficam revogadas as disposições em contrário.

A Comissão de Finanças, Justiça e Legislação para oferecer parecer.

Sala das Sessões, 02/04/2018

Presidente da Câmara

Iturama-MG, 12 de março de 2018.

ANDERSON BERNARDES DE OLIVEIRA

Prefeito do Município de Iturama/MG.

Aprovado em três discussão
Por unanimidade
Sala das Sessões em 02/04/2018
O Presidente

Prefeitura Municipal de Iturama

A Comissão de Orçamento e tomada de contas para oferecer parecer

Sala das Sessões, 02/04/2018

Presidente da Câmara

A Sanção

Sala das Sessões em 02/04/2018

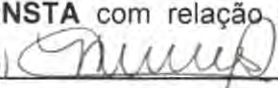
O Presidente

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



COMARCA DE ITURAMA
ESTADO DE MINAS GERAIS
SERVIÇO REGISTRAL DE IMÓVEIS
Rua Ribeirão São Domingos, n. 653.
Telefone (0XX) 34 3411-2046
CNPJ/MF n. 20.039.525/0001-48
ri.iturama@hotmail.com

CERTIDÃO

C E R T I F I C O, atendendo ao pedido de parte interessada, que vendo e revendo nesta serventia, todos os livros e demais papéis atinentes a REGISTROS sob o meu poder e guarda, deles verifiquei que em nome de **VINICIUS APARECIDO QUEIROZ DE LOURENÇO**, inscrito no CPF/MF sob n. 143.778.386-44, **NÃO CONSTA** nenhuma Transcrição das Transmissões ou Registro em Matrículas, por ficha no Livro R.G.2, deste S.R.I., em que o mesmo figure como *PROPRIETÁRIO*, nesta cidade e Comarca de Iturama – MG. **NADA MAIS CONSTA** com relação ao pedido feito, até a presente data. Todo o referido é verdade e Dou Fé.  Virma Morimotta Assis dos Santos, oficial registradora. Iturama - MG, 09 de janeiro de 2018. Nayara Assunção Gimenes
Escrevente

PODER JUDICIÁRIO - TJMG - CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PODER JUDICIÁRIO - TJMG
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA
Ofício de Registro de Imóveis de Iturama
Número ordinal do ofício 03440401-27

Selo Eletrônico Nº BUI47658
Cód. Seg.: 9286515652837267

Quantidade de Atos Praticados: 1
Emol: R\$28,13 Rec.: R\$1,69 Tx Fisc: R\$ 6,02 Total: R\$35,84
Consulte a validade deste Selo no site: <https://selos.tjmg.jus.br>

Consulte a validade deste selo no site: <https://selos.tjmg.jus.br>

SERVIÇO REGISTRAL DE IMÓVEIS

Rua Ribeirão São Domingos, 653
Virma Morimotta Assis dos Santos
Oficial
CEP 38280-000 - ITURAMA - Minas Gerais

EM BRANCO



LAUDO DE AVALIAÇÃO

Nós, abaixo assinados, Membros da Comissão de Avaliação, nomeados pelo Prefeito Municipal através da Portaria n.º 14 datada de 28 de março de 2.017, procedemos, atendendo a solicitação do Secretário Municipal de Governo, a avaliação de um imóvel urbano, sem benfeitorias, formado pelo **Lote 30 da Quadra "B", Residencial Veneza**, nesta Cidade de **Iturama-MG**, conforme descrição abaixo:

Proprietário: **MUNICÍPIO DE ITURAMA (CNPJ: 18.457.242/0001-74)**

1) ASPECTOS DA LOCALIZAÇÃO:

O imóvel objeto desta avaliação está situado na Rua Mayla Martins Teixeira, no Residencial Veneza, nesta Cidade de Iturama-MG.

2) DO TERRENO:

O terreno possui frente ao nível do logradouro para o qual entesta, desenvolvendo topografia alinhada ao longo de toda a sua extensão, com solo aparentemente seco e de boa consistência, dotado de toda a infraestrutura necessária para o embasamento de construções, com as seguintes medidas e confrontações: Terreno urbano sem benfeitorias, localizado a 60,00 metros do cruzamento do alinhamento predial da Rua Fabrício Amaral com a Rua Mayla Martins Teixeira, medidos nesta última, medindo **12,00** metros de frente para a Rua Mayla Martins Teixeira; **12,00** metros de fundos confrontando com o lote 06; **30,00** metros do lado direito confrontando com o lote 29 e **30,00** metros do lado esquerdo confrontando com o lote 31, perfazendo um total de **360,00 m²**.

3) DO VALOR RESULTANTE DA AVALIAÇÃO:

3.1) Valor do Terreno:

Área total	Valor Total
360,00 m²	R\$ 50.000,00

3.2) APURAÇÃO FINAL

O imóvel foi avaliado em **R\$ 50.000,00** (Cinquenta Mil Reais)

4) DISPOSIÇÕES FINAIS

Como se observa, levando em consideração a atual conjuntura do mercado de imóveis em Iturama-MG., apresentamos o presente laudo, discriminando individualmente cada aspecto.

Iturama-MG, 07 de fevereiro de 2.018.

Marco Túlio de Agostini
Engenheiro Civil
CREA/MG 5063673922

Robson Marcelo Pereira de Souza
Avaliador Imobiliário
CNAI/MG 04620

Divino Filho Borges
Secretário Municipal de Obras Públicas e Serviços Urbanos



Prefeitura Municipal de Iturama

Estado de Minas Gerais



MEMORIAL DESCRITIVO

Para fins de Demonstração do **Lote 30 da quadra "B", Residencial Veneza**, nesta Cidade de Iturama-MG.

Área _____ (12,00x30,00) = **360,00 m²**

Medidas e Confrontações: Terreno sem benfeitorias, localizado a 60,00 metros do cruzamento do alinhamento predial da Rua Fabrício Amaral com a Rua Mayla Martins Teixeira, medidos nesta última, medindo 12,00 metros de frente para a Rua Mayla Martins Teixeira; 12,00 metros de fundos confrontando com o lote 06; 30,00 metros do lado direito confrontando com o lote 29 e 30,00 metros do lado esquerdo confrontando com o lote 31, perfazendo um total de **360,00 m²**.

Iturama-MG, 07 de fevereiro de 2017.


R.T.: Sebastião Pirmine Ferreira

CREA: 271340/TD-SP

Visto: 13845-MG

AV. DONA JANDIRA GOUVEIA FRANCO TEIXEIRA

RUA MARLEI MARTINS TEIXEIRA

RUA FABRÍCIO AMARAL

[illegible]

RUA MAYLA MARTINS TEIXEIRA

12 00

60.00



Croquí para fins demonstrativo do Lote "30",
da Quadra "B", Resid. Veneza em Iturama - MG.

WISDOM

TABLE 50.7*

DE SENNE

João Victor

ESCALA

1 / 1000

DATA

Fevereiro/18

FDH42

Única

DESPERATION

Sebastião Firmino Ferreira
CDD nº 121.404.118-22 VISTO em 13.02.2015

DIVERSITY AND...



PREFEITURA DE ITURAMA

CNPJ 18.457.242/0001-74

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL-

SETOR HABITAÇÃO

CNPJ: 14.877.317/0001-15

PARECER SOCIAL



Mediante a situação apresentada em relatório Social constatamos que Sr. Vinicius enquadra-se nos critérios para receber o benefício Doação de Terreno Urbano de acordo com a Lei Municipal nº 4.124 e Lei nº 3.632 de 13/06/07. O Requerente reside no Município há mais de 36 meses, renda familiar não ultrapassa 03 salários mínimos e não possui imóvel em seu nome.

Estamos disponibilizando o parecer social ao setor responsável para que a solicitação do requerente seja atendida dentro das possibilidades do Município.


Cristina Auxiliadora da Silva
ASSISTENTE SOCIAL
CRESSMG 7441

Cristina Auxiliadora da Silva

Assistente Social CRESS - 7441

RG-18.430.629 DATA 10/02/2010
VINICIUS APARECIDO QUEIROZ DE LOURENCO

Filiação

GERALDO LOURENCO DO CARMO
SILVANIA RIBEIRO DE QUEIROZ

NATURALIDADE

ITURAMA-MG

DATA DE NASCIMENTO

4/10/1996

DOC ORIGEM NASC. LV-3A FL-98V

LIMEIRA D OESTE-MG

CPF

P11-1254

NILMA G. REIS SANTOS
ASSINATURA DO DIRETOR

LEI N° 7.116 DE 29/08/83

L.VIA

CARTEIRA DE IDENTIDADE

Vinicius Ap. Queiroz Lourenco

CÓDIGO DE CONTROLE
6253.51B2.5EE8.6949

A autenticidade deste comprovante deverá
ser confirmada na Internet, no endereço

www.receita.fazenda.gov.br

Comprovante emitido pela
Secretaria da Receita Federal do Brasil
às 09:13:42 do dia 28/08/2015 (hora e data de Brasília)
dígito verificador: 00



MINISTÉRIO DA FAZENDA

Receita Federal
Cadastro de Pessoas Físicas



COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Número
143.778.386-44

Nome
VINICIUS APARECIDO QUEIROZ DE LOURENCO

Nascimento
04/10/1996
VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO



TRABALHADOR

Esta é sua **Carteira de Trabalho - CTPS**, instituída pelo então Presidente Getúlio Vargas, por intermédio do Decreto nº 22.035 de 29.10.1932 e posteriormente reformulada pelo Decreto-lei nº 5452 de 01.05.1945 que aprovou a CLT. Ela é o documento obrigatório para o exercício de qualquer emprego ou atividade profissional.

Nela deverão ser registrados todos os dados do Contrato de Trabalho, elementos básicos para o reconhecimento dos seus direitos perante a Justiça do Trabalho, bem como para a obtenção da aposentadoria e demais benefícios Previdenciários, garantindo, ainda, sua habilitação ao seguro-desemprego e ao fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O conjunto de anotações contido neste documento e o seu estado de conservação, espelham a conduta a qualificação e as atividades profissionais do seu portador.

Pela sua importância, é seu dever protegê-la e Cuidá-la, pois além de conter o registro de sua vida Profissional e a garantia da preservação e validade de seus direitos como trabalhador - cidadão, contribui para assegurar o seu futuro e o de seus dependentes, tendo validade, também, como documento de identificação.

CONFECCIONADA COM RECURSOS DO
FAT - FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR.

VISITE O PORTAL MTE: WWW.MTE.GOV.BR



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

PPSP/PASEP 212.86037.45-1

6732093

0040

MG

Simão Ap. Bueno de Azevedo



QUALIFICAÇÃO CIVIL - BRASILEIRO



VINICIUS APARECIDO QUEIROZ DE LOURENCO

FILIAÇÃO.....: GERALDO LOURENCO DO CARMO
SILVANIA RIBEIRO DE QUEIROZ

NASCIMENTO.....: 04/10/1996 SEXO: MASCULINO

ESTADO CIVIL.....: SOLTEIRO

NATURALIDADE: ITURAMA - MG

DOCUMENTO.....: C. I. 18450629 10/02/2010 PCMG MG

LEI Nº 9.049, DE 18 DE MAIO DE 1995

CPF.....: 143.778.386-44

CNH.....:

TIT. ELEITOR: 201834200213

SEÇÃO: 0118

ZONA: 142

LOCAL/DATA DE EMISSÃO: GRTE UBERABA/MG - 14/07/2014

Desluz

HELI SOUZA DE AZEVEDO
Secretaria Regional de Registro e Registro em Nome do Estado - Registro

ANEXO 1 - TITULO CIVIL

ALTERAÇÃO DE IDENTIDADE

TIPO DE

DATA DE EMISSÃO
DOCUMENTO

NOME

DOCUMENTO

ASSINATURA E CARIMBO DO REGISTRO

NOME

DOCUMENTO

ASSINATURA E CARIMBO DO REGISTRO

NOME

DOCUMENTO

ASSINATURA E CARIMBO DO REGISTRO

1 E C E N D A

A - EMISSÃO | F - DISTRIBUIÇÃO | G - OUTROS | H - OUTROS | I - OUTROS | J - OUTROS | K - OUTROS | L - OUTROS | M - OUTROS | N - OUTROS | O - OUTROS | P - OUTROS | Q - OUTROS | R - OUTROS | S - OUTROS | T - OUTROS | U - OUTROS | V - OUTROS | W - OUTROS | X - OUTROS | Y - OUTROS | Z - OUTROS

03



CONTRATO DE TRABALHO

EMPREGADOR:

SUPERMERCADO JB DE FRUTAL LTDA 06
C.N.P.J. Nro: 18.510.982/0015-22

ENDEREÇO:

AV JOSE DE FREITAS NUNES, 915
MUNICÍPIO/UF: ITURAMA-MG
ESP. ESTABEL: COM. VAREJ.MERC. EM GERAL
CARGO: Cargo: Auxiliar Acougue
CBO: 848510AA

DATA ADMISSÃO: 01/09/2015

REGISTRO NRO: 350 FL/FICHA: 50

REMUNERAÇÃO: R\$ 1.218,00 por mes.

UM MIL, DUZENTOS E DEZOITO REAIS

SUPERMERCADO JB DE FRUTAL LTDA 06

Data de Saída: 02/11/2016

SUPERMERCADO JB DE FRUTAL LTDA 06

Jose Bernabe - Diretor

FORM. DISPENSA CD N

7739285339

FLS N DA CONT

08

CONTRATO DE TRABALHO

EMPREGADO:

SEBASTIAO LEMES FILHO

CNPJ 66424110000199

RUA ODILON ANTONIO DE FREITAS, 261

Iturama MG CEP 38280000

Empregado: VINICIUS APARECIDO QUEIROZ DE LOURENCO

Função: Repositor (a),

Admissão: 01/09/2017.

Remuneração: 940,00

(Novecentos e Quarenta Reais)

SEBASTIAO LEMES FILHO

Sebastião Lemes Filho

CNPJ: 66.424.110/0001-99

Data Saída: / /

SEBASTIAO LEMES FILHO

FORM. DISPENSA CD N

FORM. DISPENSA CD N

FLS N DA CONT

09



CONTRATO DE TRABALHO

CON

16

CONTRATO DE TRABALHO

CONCLUSIONS

CARGO

43645

DATA DE NAI DA

93



MATRÍCULA
36.053FICHA
01

15 de

dezembro

de

FLS. 04
2014
ITURAMA - MG

IMÓVEL:- Em cumprimento à Prenotação datada de 20 de novembro de 2014, protocolada sob n. 121.150. Um imóvel urbano situado nesta cidade e comarca de ITURAMA-MG, no **BAIRRO RESIDENCIAL VENEZA**, formado pelo **Lote 30**, da **Quadra "B"**, com a área de **360,00m²**, sem benfeitorias, dentro das seguintes medidas e confrontações: "Medindo da **Quadra "B"**, com a área de **360,00m²**, sem benfeitorias, dentro das seguintes medidas e confrontações: "Medindo 12,00 metros de frente para a Rua Mayla Martins Teixeira; 12,00 metros de fundos, confrontando com o lote 06; 30,00 metros do lado direito, confrontando com o lote 29; e 30,00 metros do lado esquerdo, confrontando com o lote 31". **REGISTRO ANTERIOR:-** Matrícula n. **35.669**, por ficha no Livro R.G.2, deste S.R.I., de 31 de outubro de 2014. **PROPRIETÁRIA:-** **SANTA ROSA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA**, sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ/MF sob n. 18.335.717/0001-50, NIRE 3120986997-1, com sede na Avenida Seis Irmãos, n. 1.707, sala 01, centro, Iturama-MG. Dou Fé *[assinatura]* / Virma Morimotta Assis dos Santos, oficial registradora. Emol: R\$15,81 TFFJ: R\$4,97 Total: R\$20,78.....j

AV.1/36.053:- Feita aos 15 de dezembro de 2014, nos termos do processo de loteamento, devidamente arquivado nesta Serventia, consta que ficou **proibido o desdobro do imóvel** da presente matrícula. Dou Fé *[assinatura]* / Virma Morimotta Assis dos Santos, oficial registradora.....j

CERTIDÃO

CERTIFICO, e dou fé que a presente cópia é reprodução autêntica da(s) ficha(s) a que se refere, extraída nos termos do artigo 19 § 1.º da lei 6015 de 31 de Dezembro de 1973. Dou fé. Iturama(MG), 22 de Setembro de 2014.

[assinatura]
Virma Morimotta Assis dos Santos - Oficial

Ana Carla Aguiar Silva
ESCREVENTE

REGISTRO DE IMÓVEIS FILIADO AO CORE-MG

PODER JUDICIÁRIO - TJMG - CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PODER JUDICIÁRIO - TJMG
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA
Ofício de Registro de Imóveis de Iturama
Número ordinal do ofício 03440401-27

Selo Eletrônico Nº BPU10555
Cód. Seg.: 8045254467354103

Quantidade de Atos Praticados: 5
Emol: R\$80,45 Rec.: R\$4,8 Tx. Fisc: R\$ 30,1 Total: R\$115,35
Consulte a validade deste Selo no site: <https://selos.tjmg.jus.br>

Consulte a validade deste selo no site: <https://selos.tjmg.jus.br>

CORE-MG - COR-MG - COR-MG

SERVIÇO REGISTRAL DE IMÓVEIS

Rua Ribeirão São Domingos, 653
Virma Morimotta Assis dos Santos
Oficial
CEP 38280-000 - ITURAMA - Minas Gerais

EMOLUMENTOS

(Lei Estadual nº 16.424/04 e Portaria nº 1.856/CGJ/2011)
Emolumentos R\$ 17,05
Tx. de Fisc. Jud. R\$ 6,32
TOTAL R\$ 23,37



MATRÍCULA

FICHA

VERSO





CÂMARA MUNICIPAL DE ITURAMA

PROCURADORIA GERAL

PARECER JURÍDICO AO PROJETO DE LEI Nº 19/2018.

O Projeto de Lei nº 19/2018, de autoria do Poder Executivo, em análise por essa Procuradoria Geral, visa doar imóvel do município em favor de VINÍCIUS APARECIDO QUEIROZ DE LOURENÇO.

É de exclusiva competência do Poder Executivo propor projeto desta natureza.

Acerca do tema vejamos o artigo 109, inciso I e artigo 110, § 1º, todos da Lei Orgânica Municipal. Transcrevo:

Art. 109. A alienação de bens municipais, subordinada a existência de interesse público, devidamente justificada será sempre precedida de avaliação e obedecerá a seguinte norma:

I- quando imóveis, dependerá da autorização legislativa e concorrência pública, dispensada esta nos casos de doação e permuta;

Art. 110. O Município, preferentemente à venda ou doação de seus bens e imóveis, outorgará concessão de direito real de uso, mediante autorização legislativa e concorrência pública.

§ 1º A concorrência poderá ser dispensada, por lei, quando o uso se destinar à concessionária de serviço público, à entidades assistenciais, ou quando houver relevante interesse público devidamente justificado.

De acordo com o artigo supra o melhor instrumento seria a concessão de direito real de uso. Não vem acostado ao projeto de Lei o Laudo de Avaliação.

A alínea “f”, inciso I, e parágrafos 4º e 5º do art. 17 da Lei nº 8.666/93, trata do tema, transcrevo:

Art. 17. A alienação de bens da administração pública, subordinada à existência de interesse público, devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I- quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

(...)



CÂMARA MUNICIPAL DE ITURAMA

PROCURADORIA GERAL

f) alienação gratuita ou onerosa, aforamento, concessão de direito real de uso, locação ou permissão de uso de bens imóveis residenciais construídos, destinados ou efetivamente utilizados no âmbito de programas habitacionais ou de regularização fundiária de interesse social desenvolvidos por órgãos ou entidades da administração pública;

Necessita de três requisitos essenciais a seguir:

- 1º. Existência de interesse público justificado (art. 17, caput, do aludido diploma legal);*
- 2º. Autorização legislativa; e*
- 3º. Avaliação prévia (art.17, I).*

§ 4º A doação com encargo será licitada e de seu instrumento constarão, obrigatoriamente, os encargos, prazo de seu cumprimento e cláusula de reversão, sob pena de nulidade do ato, sendo dispensada a licitação no caso de interesse público devidamente justificado.

§ 5º Na hipótese do parágrafo anterior, caso o donatário necessite oferecer o imóvel em garantia de financiamento, a cláusula de reversão e demais obrigações serão garantidas por hipoteca em 2º grau em favor do doador.

No que concerne ao projeto de lei em si, o interesse público relevante e a existência prévia de lei, são os pressupostos indispensáveis para a realização de doação de bem imóvel, como propõe o Poder Executivo.

Ainda necessária cláusula de reversão e no caso de oferecer imóvel em garantia de financiamento a cláusula de reversão e demais obrigações serão garantidas por hipoteca em 2º grau em favor de doador. Observa-se que os requisitos supra estão previstos no projeto em apreço.

Entretanto, José dos Santos Carvalho Filho, lembrando o magistério de Hely Lopes Meirelles, anota que:

A Administração pode fazer doação de bens públicos, mas tal possibilidade deve ser tida como excepcional e atender a interesse público cumprimamente demonstrado. Qualquer violação a tais pressupostos espelha conduta ilegal e dilapidatória do patrimônio público. Embora não haja proibição constitucional para a doação de bens públicos, a Administração deve substituí-la pela concessão de direito real de uso, instituto pelo qual não há perda patrimonial no domínio estatal. Pode ocorrer que a legislação de determinada pessoa de direito público proíba a doação de bens públicos em qualquer hipótese. Se tal ocorrer, deve o administrador



CÂMARA MUNICIPAL DE ITURAMA

PROCURADORIA GERAL

A meu ver o mais viável seria a concessão de direito real de uso. Porém a atribuição de verificar o interesse público é atribuição dos edis da casa. Assim o que subscreve este parecer somente verifica a legalidade do projeto.

É regra pacificamente adotada a de que não pode haver doação de imóveis públicos sem a previsão de encargos de interesse público a serem cumpridos pelo donatário com prazo determinado em lei, sob pena de reversão ou retrocessão do bem ao poder público.

O artigo 4º deveria ser alterado fazendo constar se a qualquer momento desviar da finalidade não haverá indenização.

Pela matrícula do imóvel verifica-se que o Município não é proprietário do mesmo.

O projeto deve ser submetido à apreciação da Comissão de Finanças Justiça e Legislação e Comissão de Orçamento e Tomada de Contas.

Ressalta-se, por fim, que o quorum das deliberações do projeto em questão, caso os vereadores deem prosseguimento e acatem o presente parecer, é de **2/3 (dois terços)**, conforme preleciona o art. 263, XI do Regimento Interno da Câmara Municipal, caso aprovados nas Comissões Permanentes.

Contudo, cabe explicitar que tal parecer não vincula as comissões permanentes, nem tão pouco reflete o pensamento dos edis, que deverão apreciar o presente Projeto de Lei.

Salvo Melhor Juízo, este é o parecer.

Iturama – MG, 02 de abril de 2.018.

Dr. David Tribiolli Corrêa
Advogado



CÂMARA MUNICIPAL DE ITURAMA

ESTADO DE MINAS GERAIS

FICHA DE CONTROLE DE TRAMITAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 19/2018

AUTOR: PODER EXECUTIVO

DENOMINAÇÃO: “AUTORIZA O PODER EXECUTIVO DOAR O IMÓVEL URBANO SEM BENFEITORIAS QUE MENCIONA, COM DISPENSA DE LICITAÇÃO FACE AO INTERESSE PÚBLICO E SOCIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DATA DE RECEBIMENTO:

ANALISADO PELA ASSESSORIA JURÍDICA EM:

PARECER: ANEXO.

ENTREGUE À COMISSÃO:

FINANÇAS, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO EM 02/04/2018

PRAZO PARA A COMISSÃO APRESENTAR PARECER: ____/____/2018

ASSINATURA DO PRESIDENTE: _____

ENTREGUE AO RELATOR EM 02/04/2018

ASSINATURA DO RELATOR: _____

ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS EM 07/04/2018

PRAZO PARA A COMISSÃO APRESENTAR PARECER: ____/____/2018

ASSINATURA DO PRESIDENTE: _____

ENTREGUE AO RELATOR EM 07/04/2018

ASSINATURA DO RELATOR: _____

ORDEM DO DIAS DAS REUNIÕES VISTO DO PRESIDENTE

6ª Reunião Ordinária EM 02/04/2018

EM ____/____/2018



CÂMARA MUNICIPAL DE ITURAMA

ESTADO DE MINAS GERAIS

PARECER DA(S) COMISSÃO(ÕES) DA CÂMARA

PROJETO DE LEI Nº 19/2018 PARECER PARA 1ª DISCUSSÃO(ÕES)

DENOMINAÇÃO: “AUTORIZA O PODER EXECUTIVO DOAR O IMÓVEL URBANO SEM BENFEITORIAS QUE MENCIONA, COM DISPENSA DE LICITAÇÃO FACE AO INTERESSE PUBLICO E SOCIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

AUTOR: PODER EXECUTIVO

COMISSÃO: FINANÇAS, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO

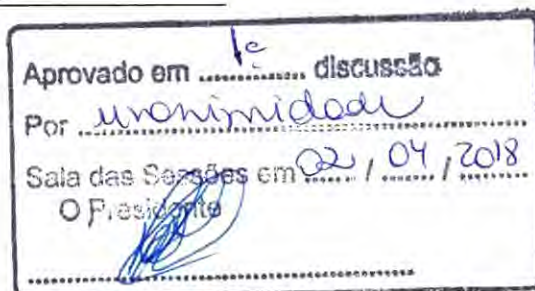
Os membros da(s) Comissão(ões) após a apreciação e estudo do Projeto de Lei nº 19/2018, enviado pelo Presidente da Casa, a esta pasta, resolveu: **ser favorável como esta redigido, somos pelo parecer da matéria em apreciação que preenche os requisitos da constitucionalidade e da legalidade, no seu texto original.**

Câmara Municipal, em 02 de abr de 2018

Presidente: Dr. Sérgio Aparecido Alves Bento _____

Vice-Presidente: Ricardo Oliveira de Freitas _____

Relator: Nivaldo Alves Ferreira _____





CÂMARA MUNICIPAL DE ITURAMA

ESTADO DE MINAS GERAIS

PARECER DA(S) COMISSÃO(ÕES) DA CÂMARA

PROJETO DE LEI Nº 19/2018 PARECER PARA 1ª DISCUSSÃO(ÕES)

DENOMINAÇÃO: “AUTORIZA O PODER EXECUTIVO DOAR O IMÓVEL URBANO SEM BENFEITORIAS QUE MENCIONA, COM DISPENSA DE LICITAÇÃO FACE AO INTERESSE PUBLICO E SOCIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

AUTOR: PODER EXECUTIVO

COMISSÃO: ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS

Os membros da(s) Comissão(ões) após a apreciação e estudo do Projeto de Lei nº 19/2018, enviado pelo Presidente da Casa, a esta pasta, resolveu: **ser favorável a aprovação no mérito do projeto como se encontra redigido.**

Câmara Municipal, em 02 de abril de 2018

Presidente: Carlos Alberto Corrêa da Silva - Carlito

Vice-Presidente: Ana Lúcia Menezes Santos

Relator: Fabrício Adão Dias Amaral

